



VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Rotina de agressões antes dos 61 socos

Mulher que teve o rosto desfigurado por namorado em Natal sofria constantes violações. Mas não denunciou à polícia

» CARLOS SILVA

A Polícia Civil do Rio Grande do Norte divulgou mais detalhes da brutal agressão contra uma mulher que levou 61 socos do namorado dentro do elevador. Segundo a investigação, o ex-jogador de basquete Igor Cabral espancou a companheira Juliana Garcia após uma discussão motivada pelo celular dela. O crime ocorreu no último sábado.

A delegada Victoria Lisboa, da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam ZLOS), responsável pelo caso, informou que a motivação da violência está diretamente ligada ao comportamento possessivo do agressor, que já havia cometido outras formas de abuso psicológico contra a companheira.

“Eles estavam em um momento de confraternização com amigos, fazendo um churrasco, quando ele pediu para ver o celular dela. Ela mostrou, afirmou que não havia nada demais nas mensagens, mas ele ficou enciumado”, relatou a delegada. Furioso, o homem entrou no elevador para ir embora, momento em que ela o alcançou e pediu para conversar.

Em depoimento, a vítima contou que, nesse momento, Igor insistiu para que ela deixasse o elevador em que estavam, para que dialogassem. A mulher, temendo ser agredida em um espaço sem câmeras, permaneceu dentro do elevador — o que não impediu o ataque.

A vítima sofreu fraturas no rosto e precisou ser levada ao Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel, onde recebeu atendimento médico. A Polícia Civil requisitou os prontuários para avaliar a extensão das lesões. “Ela estava muito machucada. Só o prontuário médico vai nos dar a real dimensão do que aconteceu”, explicou Lisboa.

Segundo a polícia, o histórico de abusos, embora nunca formalizado em boletins de ocorrência, fazia parte da rotina da vítima. Durante a investigação, Juliana Garcia preencheu o Formulário Nacional de Avaliação de Risco, no qual revelou que havia sido empurrada em outras ocasiões e



O primeiro sinal de violência é suficiente para procurar uma delegacia, seja presencialmente ou de forma virtual. Não espere que a situação se agrave.”

Victoria Lisboa, titular da Deam em Natal

que sofria constantes violências psicológicas. “Ela contou que, em momentos de desespero, falava em se matar, e ele incentivava. Esse grau de violência emocional é gravíssimo”, afirmou a delegada.

A delegada Victoria Lisboa afirmou que Igor Cabral responderá por tentativa de feminicídio. Apesar dos episódios anteriores, a Juliana Garcia nunca havia procurado a polícia ou solicitado medidas protetivas. A Polícia Civil reforça o apelo para que vítimas de violência doméstica busquem ajuda o quanto antes. “O primeiro sinal de violência é suficiente para procurar uma delegacia, seja presencialmente ou de forma virtual. Não espere que a situação se agrave. A gente viu o que aconteceu neste caso, e poderia ter sido fatal”, alertou a delegada.

O inquérito sobre o caso ainda aguarda o laudo definitivo do Instituto Técnico-Científico de Perícia (ITEP/RN) e o avanço das oitivas para ser concluído.

Crime em alta

O Brasil registrou, em 2024, o maior número da série histórica em casos de estupro e feminicídios. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025,

Divulgação



Victoria Lisboa: polícia aguarda o laudo definitivo da perícia para constatar a gravidade das lesões

Reprodução/Redes sociais



Câmera de segurança flagrou agressão contra Juliana Garcia no elevador. Igor foi jogador de basquete

divulgado recentemente, houve 87.545 casos de morte de mulheres (0,9% a mais que 2023) e 1.492 notificações de violência sexual. É um aumento de 0,7% em relação ao ano anterior.

O número de feminicídios é o maior registrado desde a criação da

tipificação do crime, em 2015. Segundo o anuário, 40,3% dos homicídios de mulheres no ano passado foram por essa razão. Desse total, 63,6% eram mulheres pretas. O estudo aponta que, apesar da violência contra o gênero vitimizar todas as mulheres, há mais chances

de mulheres negras serem vítimas de crimes de ódio do que mulheres brancas (35,7%), indígenas (0,6%) e amarelas (0,2%).

De acordo com o Anuário, 70,5% das vítimas eram da faixa etária de 18 a 44 anos de idade, sendo a maior parte de 35 a 39 anos.

Oruam vira réu no Rio

» IAGO MAC CORD*

O rapper Mauro Davi dos Santos Nepomuceno, conhecido como Oruam, se tornou réu na Justiça do Rio de Janeiro por tentativa de homicídio qualificado. Segundo a acusação do Ministério Público, o artista atirou pedras de até 4,85 kg contra policiais civis e uma viatura descaracterizada da corporação. Além de Oruam, o amigo Willyam Matheus Vianna foi denunciado pelo mesmo crime.

Os relatos dos crimes constam em duas ações penais distintas, ajuizadas por duas promotorias. A 1ª Promotoria de Justiça de Investigação Penal Territorial da Área Zona Sul e Barra da Tijuca ofereceu a denúncia referente à tentativa de homicídio.

Já a Promotoria de Justiça junto à 27ª Vara Criminal da Capital apresentou denúncia por outros crimes, incluindo lesão corporal, tentativa de lesão corporal, resistência com violência, desacato, ameaça e dano ao patrimônio público. Nesta segunda ação, além de Oruam e Willyam, foram denunciados Pablo de Moraes e Victor dos Santos.

Na noite de 21 de julho, agentes da Polícia Civil do Rio iam cumprir um mandado de busca e apreensão contra um adolescente de 17 anos, que estava abrigado na casa do artista. A investigação indicava que o menor era um dos maiores ladrões de veículos do estado e atuava como segurança do traficante Edgar Alves de Andrade, conhecido como “Doca”.

Segundo as denúncias do MPRJ, os jovens ameaçaram impedir ação policial com ofensas verbais, ameaças de morte e agressões físicas. Durante a confusão, Oruam e seus amigos arremessaram pedras contra os agentes e uma viatura descaracterizada.

CB.PODER

“Hoje vivemos uma enorme crise”

» CAETANO YAMAMOTO*

Para a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), a autonomia administrativa e financeira é o escudo para blindar a instituição de interferências políticas. “A melhor forma de garantir isso é termos autonomia, além de um mandato para diretor geral. É o passo necessário para que ele e a Polícia Federal sejam efetivamente blindados. Permitirá ao diretor-geral, por exemplo, nomear os próprios subordinados”, afirmou o presidente da instituição, delegado Luciano Leiro, em entrevista ao *CB.Poder*.

As jornalistas Samanta Sallum e Mariana Niederauer, o delegado citou os atrasos recorrentes em nomeação de cargos. Segundo ele, a nomeação de superintendentes pode levar meses. No governo de Jair Bolsonaro, lembrou, foi preciso esperar um ano inteiro para definir um diretor. Ele explica que a indicação de superintendentes do diretor geral é avaliada pelo

Ministério da Justiça ou pela Casa Civil da Presidência da República, dependendo da função. Essa lentidão atrapalha a continuidade do serviço. “Imagina uma empresa ficar durante quatro meses sem o seu presidente, sem diretores importantes”, exemplificou.

O dirigente destacou a importância de preservar o orçamento da Polícia Federal e de outros fundos como o Fundo Nacional de Aparentamento da Polícia Federal (Funapol). Este último é mantido por recursos gerados pela própria PF, como passaportes, controle de armas e operações de combate à lavagem de dinheiro.

O contingenciamento, somado às restrições orçamentárias, comprometem a eficiência de grandes operações e pagamentos dos oficiais, relatou Luciano Leiro. “Recentemente os policiais de alguns estados ficaram dois meses sem receber a diária. Ou seja, o policial paga para fazer a sua missão. Obviamente, depois ele é ressarcido. Mas é isso: ele teve que tirar do seu próprio bolso. Por quê? Porque nós tivemos

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Luciano Leiro: PEC da Segurança não traz qualquer benefício à PF

contingenciamento”, contou.

Segundo Leiro, a PEC da Segurança, da forma como está, não traz qualquer benefício para a Polícia Federal. “A criação de uma outra polícia que tem uma concorrência na atuação, por exemplo, na parte de rios, da fiscalização de rios, que a Polícia Federal também faz, nós vamos ter uma duplicidade de ação, o que pode gerar uma série de problemas”, disse.

Segundo o presidente da ADPF, faltou diálogo na elaboração da PEC da Segurança, que está no Congresso Nacional. “O que faltou, desde o início, foi conversar com as pessoas que trabalham com

a segurança pública. A PEC da Segurança foi feita por quem não atua na segurança pública, por quem não tem uma atuação nas forças policiais”, argumentou. Para o delegado da PF, a proposta precisa traduzir o pensamento de pessoas que atuam e entendem a vida de quem trabalha na segurança pública e não “quem está atrás de uma mesa, no ar condicionado”.

Reforma administrativa

A reforma administrativa é outro tema preocupante para o dirigente da APDF. “A reforma foi como se fosse ressuscitar aquela PEC



Recentemente os policiais de alguns estados ficaram dois meses sem receber a diária. Ou seja, o policial paga para fazer a sua missão. Obviamente, depois ele é ressarcido. Mas por quê? Porque nós tivemos contingenciamento”

Luciano Leiro, presidente da ADPF

antiga que tentou tirar vários direitos dos servidores”, alegou.

O delegado criticou a terceirização de carreiras típicas do Estado, medida considerada temerária e prejudicial à estabilidade necessária para a corporação. “A terceirização tem que ser vista com muito cuidado. Você tem, por exemplo, o administrativo: ele tem todo um procedimento para entrar, toda uma capacitação. Apesar de atuar na parte administrativa, ele tem acesso a investigações”, observou.

Luciano Leiro também abordou a ocupação de cargos dentro da Polícia Federal. Ele mencionou o baixo número de inscrições para o concurso da instituição. E ressaltou, além disso, o desligamento de servidores em cargos de alto escalão para empregos em outros setores

de segurança pública.

O dirigente da associação de delegados citou um estudo comparando todos os setores de segurança pública e do sistema de Justiça — delegados de Polícia Civil, integrantes do Judiciário, do Ministério Público, da Receita Federal, da AGU. O levantamento indicou, segundo Leiro, que a presença de policiais federais está cada vez mais baixa na ocupação de cargos. Isso se deveria à dificuldade da profissão e à baixa remuneração.

Por fim, o convidado do *CB.Poder* alertou para a baixa presença de mulheres na Polícia Federal. “Somente 15% dos delegados são mulheres”, afirmou.

* Estagiários sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza